



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 9

“MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 9- MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

9.1. Comunicação na América Latina

Os meios de comunicação de massa hoje situam-se num pólo emissor de um espectro ideológico. Salvo raras exceções, poucos são aqueles em cuja programação ou conteúdo pode-se encontrar espaço de equilíbrio de opiniões. Problemas como concentração de meios sob o guarda-chuva de uma mesma holding são comuns a todos os países da América do Sul. Nesse sentido, é importante abordar a discussão sobre mudanças necessárias no Brasil, mas que já existem exemplos na América Latina

RESUMOS APROVADOS

Representações sociais na mídia impressa: Jornal da Manhã e Jornal Diário dos Campos Gerais sobre a violência envolvendo adolescentes em Ponta Grossa- Paraná. **(autor(es/as): Gisele Ferreira Kravicz)**

NO DESCOMPASSO DA LEI: DISPUTA PELA HEGEMONIA E DIFUSÃO DA TELESUR NA ARGENTINA **(autor(es/as): Gláucia da Silva Mendes)**

O DIREITO INTERNACIONAL EM FACE DAS MOBILIZAÇÕES ATRAVÉS DAS REDES SOCIAIS – NOVOS DESAFIOS, NOVAS RESPOSTAS **(autor(es/as): Alessandra Prezepiorski Lemos)**

Projeto Transfronteira: possibilidades das mídias na educação **(autor(es/as): Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi)**

FOLKCOMUNICAÇÃO VISUAL NA INTERNET: AS IDENTIDADES CULTURAIS PARANAENSES EM PÁGINAS NO FACEBOOK **(autor(es/as): Wesley Dalcol Leite)**

Reflexões sobre uso de tecnologias no meio educacional **(autor(es/as): Claudionor Henrique Dias)**

AS ABORDAGENS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA **(autor(es/as): DIVINA ROSANGELA DE SOUZA COSTA DIAS; Joana Peixoto)**

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O BIOMA PAMPA **(autor(es/as): Eliege Maria Fante)**

Apropiación de Tecnologías para la Comunicación. Generando autonomía, desmantelando barreras. **(autor(es/as): HUGO ALBERTO ANGELELLI ESTIGARRIBIA)**

O PAPEL DA AFETIVIDADE NO ENSINO A DISTÂNCIA **(autor(es/as): JEZUINA KOHLS SCHWANZ)**



PROJETO TRANFRONTEIRA: POSIBILIDADES DAS MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

Resumo

Este trabalho pretende investigar a situação de pessoas privadas de liberdade no sistema prisional do Tocantins, com ênfase nos crimes de tráfico de drogas e reincidências. A pesquisa é de caráter exploratório e empírico, buscando analisar variáveis quantitativas e qualitativas no interior dos presídios entre os detentos. A intenção é observar a questão sob a perspectiva de quem pratica esses crimes e posteriormente desenvolver oficinas de mídia e de técnicas de relações comunicacionais voltadas para entender o processo de reincidência que ocorre dentro dos presídios. Outra proposta é auxiliar esses indivíduos a lutar pelos seus direitos e justiça através da utilização das mídias e seus recursos tecnológicos: jornal impresso, internet, fotografia e vídeo.

O Projeto Transfronteira teve início em 2002 com a utilização preponderante do rádio como meio auxiliar para motivar a prática de ensino-aprendizagem em duas escolas públicas da cidade de Palmas-TO. Como as escolas à época não dispunham de estrutura para instalar os estúdios e adquirir os equipamentos necessários para a efetiva implantação das oficinas de rádio, optamos por montarmos um estúdio móvel numa Kombi que circulava as duas escolas levando as técnicas de produção, edição e distribuição das mensagens radiofônicas.

O Projeto reiniciado para atender aos detentos se justifica porque alunos que participaram das oficinas na primeira etapa, se envolveram em situação de risco pelo abuso na utilização de drogas ilícitas que os levaram ao tráfico ou a cometer roubos e pequenos delitos tendo como finalidade a obtenção da droga. Nesta nova proposta o Transfronteira tem como objetivo prático levar as técnicas de utilização das mídias para três presídios do Tocantins: Casa de Prisão Provisória de Palmas, Presídio de Gurupi e Araguaína, em Barra da Grotá. O projeto prevê em linhas gerais os problemas estruturais e conjunturais do contexto socioeconômico em que o indivíduo criminoso está inserido e admite que o comportamento criminoso, principalmente no que diz respeito à



reincidência poderia ser minorado se as políticas públicas de segurança fizessem distinção entre os atores que cumprem pena nesse sistema.

A coordenação deste projeto de extensão é da professora do Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) Maria de Fátima de Albuquerque Caracristi, doutoranda pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás, com a participação dos professores Dra. Verônica Dantas Meneses, Dra. Cynthia Mara Miranda; Dr. Carlos Fernando Martins Franco; professora Mestre Suely Mara Figueiredo, todos docentes do curso de Comunicação Social da UFT.

1. Introdução

Quando o tráfico internacional de drogas atingiu o seu boom na década de 80, oito anos mais tarde nascia o Estado do Tocantins, junto com a constituição de 1988 que instituiu este Estado a partir do desmembramento de Goiás, em 05 de outubro de 1988. A capital, Palmas foi construída no centro geográfico do Estado, numa área de 1.024 km (hum mil e vinte e quatro quilômetros quadrados), para ser a sede do governo estadual em primeiro de janeiro de 1990. (SECRETARIA DA CULTURA, 2011).

Os dados referentes à criminalidade no Estado são pouco divulgados, mesmo com a existência da mídia, emissora de TVs, jornais, empresas de comunicação consolidadas, uma maneira encontrada pelos governantes de não inibir a imigração de empresas e aportes financeiros. Sob este propósito se limita preponderantemente o acesso a dados reais de violência e criminalidade no Estado, dito como da “Livre iniciativa e da paz social” e a possibilidade de se traçar um perfil real da violência em Palmas e entorno.

Pelo site do Ministério da Justiça¹ a população do sistema penitenciário é de 675 homens, no regime fechado, 40 mulheres no mesmo regime; no semiaberto encontram-se 310 homens e 16 mulheres; 10 homens no regime aberto e não há registro de mulheres no regime aberto.

O crescimento do número de crimes e a insatisfação com o resultado das circunstâncias em que se colocam os apenados no Brasil servem de mote para o crescente interesse dos estudos sobre a criminalidade, situação carcerária e

¹ Dados de 2010



justiça de uma maneira geral, o que também serve para justificar este projeto de pesquisa.

Embora o conceito de crime seja essencialmente jurídico, definido como ação típica antijurídica e culpável, que comina pena de reclusão, detenção ou multa, aplicada isolada, alternativa ou cumulativamente, existe outras formas de abordá-lo e no caso econômico, o crime pode ser classificado em dois grandes grupos: o crime lucrativo e o não lucrativo.

A análise que se pretende realizar neste trabalho leva em conta a criminalidade de cunho lucrativo, neste viés se selecionam os crimes de tráfico de drogas e pequenos delitos motivados pelo envolvimento com o uso abusivo de drogas ilícitas. Compreendemos e enfatizamos que os problemas estruturais e conjunturais do contexto socioeconômico são muitas vezes responsáveis pelo envolvimento das pessoas neste contexto de criminalidade, mas é sabido que o comportamento criminoso não é entendido como uma atitude irracional, emotiva ou antissocial, mas como uma atividade racional em que o criminoso, notadamente econômico, é considerado um agente que assume riscos.

Como sabemos os presídios são superlotados e as condições de vida dentro dessas instituições são inaceitáveis, principalmente porque contraditoriamente propiciam a organização, planejamento e gestão de crimes cujo comando central está dentro da própria prisão, sem que o Estado possa alterar essa disfunção institucional. O presídio ao invés de recuperar o criminoso primário que se insere no sistema prisional o torna apto a cometer novos delitos. Em muitos processos que transitam no âmbito da execução penal acusando reincidência muitos desses delitos ainda ocorrem no interior do estabelecimento penal. Nestes termos a prisão serve de base organizacional contra a sociedade, subvencionada pelos recursos dos cidadãos produtivos. Em suma nem recupera, nem prepara o preso para o convívio social, principalmente nos crimes econômicos e neste aspecto merece destaque o tráfico e roubos movidos pela dependência às drogas.

A escolha pelo público-alvo definido nessa proposta advém do fato de que a adicção às droga ilícitas é um dos maiores motivadores da prática de crimes e da provável reincidência e aumento expressivo do contingente carcerário.

Neste sentido, o tráfico de drogas, é o crime, segundo Coggiola (1990), que mais cresceu em todas as esferas, principalmente nos anos 80, até atingir uma cifra anual superior a US\$ 500 bilhões, superando os proventos do comércio



internacional de petróleo; se colocando internacionalmente como o segundo item do comércio mundial, só sendo superado pelo tráfico de armas.

Essas constatações tanto pela abrangência e pelo aporte financeiro envolvido são suficientes para se justificar uma investigação sobre a temática, além do que o mercado mundial está dominado, primeiro por um comércio de destruição e segundo por um comércio institucionalmente ilegal.

Os setores que mais são influenciados negativamente por esta situação são os que apresentam menores perspectivas, a juventude das classes menos favorecidas, apesar de que, também, jovens das classes abastadas também apareçam, mas muito raramente cumprem a pena integralizada como os mais pobres.

Notadamente os criminosos são provenientes de classes sociais menos favorecidas, apresentam baixa escolaridade e jovens na maioria. Outro aspecto interessante a ser destacado é a presença das mulheres nesse processo. Boa parte dos processos também recorre da presença das companheiras dos reincidentes nos crime de tráfico, principalmente, outro ponto é a participação dessas pessoas no trânsito de drogas para o interior dos presídios, muitas delas por também serem usuárias de drogas, o que inequivocamente as levam a de linquir e posteriormente serem também encarceradas.

A degradação ética e moral que ocorre nas cidades atingindo preponderantemente a juventude foi ampliada para as comunidades rurais, as aldeias indígenas e de quilombos, pela incidência do crack. É certo que alguns avanços foram conquistados com a inclusão da dependência como um problema de saúde. Neste entendimento, o tema recebe uma abordagem mais verdadeira frente as necessidades do dependente e institucionalmente a dependência química é entendida como:

“[...] estado caracterizado pelo uso descontrolado de uma ou mais substância química psicoativas com repercussões negativas em uma ou mais áreas da vida do indivíduo”. Tal estado, assim como tal descontrole pode ser episódico ou permanente, mas tende a tornar-se progressivo com o passar do tempo. A dependência química é uma doença primária crônica, progressiva e de determinação fatal. É uma doença multidimensional e multifacetada, ou seja, atinge o indivíduo em diversos níveis: físico, mental, emocional e espiritual. Em 1993, a OMS incluiu o tabagismo no grupo dos transtornos mentais e de comportamento decorrentes do uso de substâncias psicoativas no CID-10 (BRASIL- MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2004).



A ampla variedade de definições e concepções existentes de tratamento das dependências químicas revela que não há uma caracterização única capaz de explicá-la. Ela pode ser conceituada ainda como uma doença progressiva, incurável e potencialmente fatal, sendo uma doença multifacetada, que atinge o ser humano em todas as suas áreas: física, psíquica e social.

Sob a ótica da saúde o dependente químico necessita de tratamento médico, seja este ambulatorial ou pela internação. Pela ótica da justiça, reconhece-se o dependente e seus direitos, mas não existe uma estrutura que realmente priorize mediante a consumação de um crime o resguardo imediato do dependente, este acaba sendo nivelado como um criminoso comum, na vala de alguma casa de detenção.

No interior das instituições prisionais a manutenção de presidiários efetivamente diagnosticados como dependentes, não são levados em conta, já este deveria ter sido reconhecido pelo juiz, se este, no seu poder de livre convencimento não se detém a este fato, ou o menospreza em função da tipicidade do delito, ocorre mais uma vez o que aqui chamamos de círculo vicioso da traficância.

O círculo vicioso se caracteriza pelo mecanismo que possibilita a entrada e manutenção de pessoas dependentes nos presídios e a reorganização desses no interior das prisões pelo tempo das penas. O tráfico varia de 6 a 15 anos, tempo necessário para que o dependente químico, mesmo que seja o dependente que trafica, ou o dependente que rouba se reorganize em função da compulsão pela droga e, amparado por criminosos sãos e profissionais, nas organizações que se constituem no interior dos presídios possa retornar deliberadamente a cometer infrações, agora, supostamente protegido pelo sistema.

Neste círculo as organizações criminosas são preservadas e mantidas, como também são realimentados o comércio interno nos presídios e a apatia da polícia e da justiça na motivação para sanar com esse sistema perverso. Certo é que mantida essa situação não se recupera o criminoso porque é pessoa imbuída do desejo pecuniário a qualquer preço e encontra demanda certa e fácil nas penitenciárias. O dependente, fragilizado e sem assistência médica ou social adequada é compelido a adquirir as drogas do sistema de tráfico interno e muitas vezes por vários motivos tornam-se também agentes do tráfico.



As políticas públicas que hoje se concretizam em gastos com instalação de CAPS nos municípios é outra panacéia. A assistência dada para o tratamento dos dependentes é desmotivadora e podemos dizer até aversivas ao perfil desses doentes. Numa simples visita ao CAPS álcool e droga de Palmas, por exemplo, identificamos equívocos burocráticos inquestionáveis no que diz respeito ao tratamento dos dependentes.

Sabendo que a dependência é uma doença crônica que leva a uma progressiva mudança de comportamento, gerando uma adaptação à doença, a fim de proteger o consumo de droga; sabendo do embotamento do dependente em driblar a sua própria consciência na perspectiva do consumo não se justifica que o CAPS exija do dependente coisas como carteira do SUS, carteira de família, para a adesão deste ao tratamento. Outro fato recorrente é a discontinuidade das equipes que atendem, são raros os psiquiatras e psicólogos que se mantêm no atendimento, pelo tempo necessário à melhora do paciente.

As características do paciente cometido por dependência não podem ser negligenciadas pelo CAPS, são factíveis de serem administradas, não podem esperar por demandas burocráticas, e um doente que necessita de atendimento pela rede pública, para chegar até ali, já cruzou obstáculos incalculáveis. Essas condutas geridas pelo CAPS desvirtuam a política nacional de atendimento, frustra o doente e põe em risco o próprio entendimento que a equipe de saúde adota sobre a dependência química.

Com seus 23 anos o Tocantins foi acometido como os demais estados existentes no Brasil a solucionar com a devassa trazida pela utilização de drogas devastadoras, que descortinaram a fragilidade das instituições no enfrentamento ao avanço do consumo da droga, a devastação que causa nas famílias, ao mesmo tempo em que essas situações reafirmam a desestrutura das escolas e a inabilidade da rede pública de saúde no enfrentamento à dependência.

Os índices de recuperação de Narcóticos Anônimos (NA) são desanimadores e as técnicas de recuperação de clínicas e comunidades terapêuticas são irrisórias, isso repercute sensivelmente no aumento da criminalidade, da violência e culmina com o aumento da população carcerária.



2. Uma questão de produção

Se formos tomar como referência a pressão que o narcotráfico exerce sobre as economias dos países atrasados basta atentarmos para a transformação das economias monoprodutoras em narcoprodutoras, com a pressão em favor das economias agrárias, resultando num aumento da oferta de narcóticos nos países industriais e no mundo todo. Apenas nos últimos anos, o tráfico mundial cresceu 400%. (COGGIOLA, 2005).

O Brasil, tem se empenhado em romper com a criminalidade, vários acordos e práticas adotadas internacionalmente, com leis e punições mais severas não estão sendo suficientes para inibir a criminalidade, impedir a reincidência e equacionar a questão de atendimento adequado aos dependentes para quem as necessita.

Neste aspecto este trabalho pretende oferecer uma contribuição às expectativas da população de ampliarmos o conhecimento e as informações sobre a questão da doença e da forma como a rede de saúde pública, as famílias, a polícia e a justiça têm tratado dessa questão e o enredo dessas histórias no interior dos presídios do Tocantins.

3. Visão teórica do problema

Santos e Kassouf em artigo datado de 2007 apontam que os estudos econômicos da criminalidade, genericamente, têm concluído que no Brasil, entre os vários fatores que podem levar um indivíduo a praticar um crime, o mais preponderantes é o econômico.

Nesta perspectiva, os estudos econômicos demonstram que o aumento da criminalidade pode arrefecer o nível de atividade econômica de uma região à medida que desestimula novos investimentos, pelos problemas de insegurança que gera, além do que, por outro lado, os preços dos produtos são majorados com a incorporação dos custos com segurança. (BORILI e SHIKIDA, 2002).

A visão de Fernandez (2003) sobre esta questão é que além dos impactos negativos acima descritos deve-se considerar que parcela dos recursos e agentes produtivos atuantes no crime poderiam ser investidos no setor produtivo da economia, gerando benefícios para a sociedade de maneira geral.



Se os crimes lucrativos fazem parte da questão econômica, este trabalho parte da premissa que o comércio de drogas ilícitas é o crime econômico de maior projeção no estado do Tocantins e o que mais promove a reincidência. Os crimes sempre despertaram a atenção e curiosidade da sociedade, atualmente os estudos econômicos dos crimes são variados e as explicações socioeconômicas que visam entender a criminalidade são baseadas em critérios teóricos que remontam os estudos realizados por Fleisher (1963) Becker (1968) e Ehrlich (1973).

As investigações que têm visado entender os determinantes da reincidência criminal tem em Whitte (1980), Myers Jr (1989) exemplos clássicos de um arcabouço teórico que é bastante amplo na literatura, muito embora no âmbito desta vasta literatura não exista convergência entre as opiniões e resultados dos trabalhos acerca do que evidencia a verdadeira motivação do que promove o crime.

O conceito de crime é essencialmente jurídico, como já dito anteriormente, mas o crescimento do número de crimes e a falta de uma explicação jurídica ou não do fato é que tem motivado os economistas e pessoas de áreas das ciências sociais a estudarem a ação da criminalidade com outro olhar, diferente da percepção do jurista ou do advogado criminal.

Para Araújo Jr. (2002), talvez tenha sido Fleischer (1963) o primeiro autor a relacionar a importância de fatores econômicos na determinação da variação das taxas da criminalidade. Mas foi Becker (1968) que efetuiu o estudo com forte foco econômico, ao desenvolver um célebre trabalho, preenchendo o fosso existente entre crime e economia. Na abordagem que desenvolveu, Becker apresenta um modelo “microeconômico para ilustrar porque os indivíduos decidem cometer ou não crimes, ou seja, fazem uma escolha ocupacional entre o setor legal e o setor ilegal da economia” (ARAÚJO JR., 2002, p.3). A hipótese defendida por Becker é que os agentes criminosos são racionais, calculando o seu benefício de atuar ou não no setor ilícito.

O modelo proposto por Becker no artigo “*Crime and punishment: an economic approach*” publicado no “*The journal of Political Economy*” em 1968 propõe que o crime seja visto como uma atividade econômica, apesar de ilegal. A estrutura do modelo é baseada no fato racionalidade, ou seja, o comportamento racional implica simplesmente em uma maximização consistente de uma função bem



ordenada, do agente na decisão de participar de atividades legais ou ilegais (Becker, 1962).

Grogger e Willis (2000) analisaram a relação entre o uso do crack e a criminalidade de forma a considerar como o surgimento da droga afetou as taxas de crimes nas áreas urbanas, com dados coletados em 27 regiões metropolitanas dos Estados Unidos.

No Brasil Mendonça et alii investigaram a relação entre interação social e crimes violentos colhendo dados de 799 presidiários que cumpriam pena no Presídio Estadual da Papuda (Brasília) por diversos tipos de crimes. Das variáveis extraíram se o indivíduo era usuário de drogas e se usava drogas para praticar crimes, mas não se encontrou suporte estatístico satisfatório para sustentar a hipótese de que o usuário de drogas é mais propenso à prática de crimes.

Um artigo publicado por Carneiro et alii (2005) também é resultado de uma investigação que se estabelece entre relações sociais e criminalidade, tomando como determinante o fato do Brasil ser um país em desenvolvimento que tem demonstrado aumento nas taxas de criminalidade nos últimos anos. A pesquisa usou um conjunto de dados para investigar se a interação entre os indivíduos de uma mesma família ou bairro tem influência sobre o comportamento criminal dos indivíduos que já foram condenados, as entrevistas foram aplicadas na cadeia Papuda de Brasília, e chegou a demonstrar que o fortalecimento das relações familiares e da comunidade pode ser uma forma desejável de combater o crime no contexto dos países em desenvolvimento.

Um trabalho semelhante foi desenvolvido por Shikida et al. (2006), Shikida et al (2005), Simon et al. (2005), Borilli e Shikida (2003) , Engel e Shikida (20003), Borilli e Shikida (2002) e Shafer e Shikida (2001) objetivando analisar a criminalidade no Paraná através de um estudo de caso nas penitenciárias do Estado.

A distinção entre o crime econômico e crime não lucrativo é simples, há crimes, que segundo Becker (1968) objetivam tão somente a apropriação de recursos econômicos, ou seja, de ganhos pecuniários, usando ou não o atributo da violência. Neste sentido o criminoso econômico pode ser considerado um empresário, o qual é descrito por Schaefer e Shikida (2001) como um agente que visa organizar a sua produção reunindo os fatores de produção disponíveis e assumindo, então, os riscos inerentes à atividade criminal.



É óbvio que no caso do empresário criminoso a expectativa é auferir lucros, no caso de haver prejuízo pelo insucesso de uma operação criminal a punição pode ser a prisão, ficando o indivíduo sujeito as leis previstas no código penal. São considerados crimes econômicos: furto, roubo ou extorsão, apropriação indébita, estelionato, receptação, crimes contra a propriedade imaterial, contra a fé pública, contra a administração pública, tráfico de entorpecentes.

O crime não econômico são aqueles em que o lucro econômico não é o objetivo podendo ser motivado por vários outros objetivos que não seja a recompensa financeira, são exemplos homicídio, estupro, abuso de poder, tortura.

Engel (2003, p.7) já discutia essa questão buscando refletir sobre como definir, prevenir e combater os crimes, desde os tempos mais remotos, trazendo de Platão as preocupações com as “Leis”. Na concepção de Platão o crime era uma doença cujas causas derivavam das paixões, da procura de “prazer” e da ignorância.

Neto (2003) acredita que o argumento básico da abordagem do crime é que os infratores reagem aos incentivos, tanto positivos como negativos e que o número de infrações cometidas são influenciadas pela alocação de recursos públicos e privados para fazer frente ao cumprimento da lei e de outros meios de preveni-los ou para dissuadir os indivíduos de cometê-los. “Para os economistas, o comportamento criminoso não é visto como uma atitude simplesmente emotiva, irracional ou antissocial, mas sim como atividade eminentemente racional”.

Brenner (2003) é enfático ao descartar a hipótese de que os criminosos econômicos são doentes mentais, coitados, excluídos pela família, sem condições de competir pelas alternativas legais do mercado de trabalho, estas possibilidades não encontram sustentação na economia do crime. Os indivíduos que praticam esses tipos de delitos são racionais e impetuosos, oportunistas diante de um ambiente propício e factível e sem preocupação com o bem estar social.

Para Fernandez (2003) e Balbinotto Neto (2003) a análise econômica do crime baseia-se na relação delito-punição como determinante da taxa criminal, em que a eficácia policial e da justiça relaciona-se com a possibilidade dos benefícios da atividade criminosa suplantarem seus custos e compensarem o risco estipulado.



Neste entendimento a sociedade procura maximizar os custos da atividade infratora e minimizar seus lucros. Brenner (2003) é categórico: o crime não deve compensar, mas para isso é preciso que a sociedade permaneça atenta aos elementos que coíbem a ação criminosa e que segundo Fernandez (1998) são estruturas do aparato policial, formação educacional, oferta de trabalho, urbanização planejada, distribuição de renda, etc.

Vale dizer que muitas atividades ilícitas são gestadas dentro dos presídios e que o Estado não encontra saída ou não tem vontade política de alterar a situação prisional olhando apenas o criminoso antes de capturá-lo e esquecendo-o após ser trancafiado nas celas, mesmo os primários e de bons antecedentes, institucionalizando um exército de criminosos, indivíduos jovens e sem ocupação que se defrontam por longos anos com criminosos de longa carreira e que ali continuam delinquindo sob a tutela do Estado.

Para Adorno (2002, p.50) não são poucos os estudos que reconhecem a incapacidade do sistema de justiça criminal, no Brasil – agências policiais, ministério público, tribunais de justiça e sistema penitenciário, impotentes na atitude de conter o crime e a violência respeitados os marcos do Estado democrático de Direito.

Fernandes (1998) estima que a probabilidade de sucesso nos crimes no Brasil é de 95% e que a probabilidade de detenção é menor do que a verificada nos Estados Unidos que é de apenas 5%, diante do crescimento quantitativo e qualitativo do negócio ilícito no mundo e perante o montante financeiro que gera o setor, principalmente no que se refere ao tráfico de drogas, que passou a ser um dos maiores negócios no ranking mundial, “perdendo apenas para o setor de petróleo e para a indústria automobilística, movimentando anualmente algo em torno de US\$ 750 bilhões, o equivalente ao PIB de um Brasil e meio.” (MALDONADO, 1999).

A eficácia com que se prolifera o fenômeno da criminalidade tem movido correntes de cientistas e de pesquisadores a analisar a criminalidade sobre várias óticas: psicológica, filosófica e econômica o que se tornou quase um distúrbio social; neste sentido, os pensadores marxistas enfatizam a relação do indivíduo com o meio, educação, condições de vida, Engel (2003, p. 9-10) é quem discute o problema sob o enfoque econômico e destaca três correntes de pensamentos sobre a economia do crime:



A primeira é de origem marxista e diz que o aumento da criminalidade está relacionado às características do processo capitalista e é resultado direto das alterações do comportamento empresarial no período pós-industrial. Os cientistas enquadrados nessa corrente de pensamento acreditam que devido o processo empresarial centralizador de capitais e os avanços tecnológicos resultantes, os ambientes sociais tornaram-se mais propensos às atividades criminosas. Segundo essa linha de pensamento, o convívio social do capitalismo pós-industrial incentivou a chamada degeneração moral e assim permitiu o crescimento da atividade criminosa (FERNANDEZ e PEREIRA, 2000).

A segunda corrente, mais ampla associa o aumento da criminalidade aos problemas estruturais e conjunturais, tais como índices de desemprego, analfabetismo e baixos salários bem como a desigualdade social. A esta corrente pode se relacionar, também as ineficiências policiais e judiciais, que contribuem para a manutenção e crescimento das organizações criminosas.

A terceira corrente de pensamento da economia do crime analisa a prática de crimes lucrativos como uma atividade ou setor da economia como qualquer outra atividade econômica tradicional (BECKER, 1968). O criminoso é então o empresário na atividade, é ele que mobiliza recursos, assume riscos e objetiva lucros, num setor ilegal da economia. A decisão de quanto investir na atividade criminosa dependerá diretamente da probabilidade de sucesso na atividade, ou risco inerente a ela, que dependerá da eficiência da polícia e da efetividade da justiça.

Outra corrente teórica diz respeito ao comportamento criminal e se baseia na escolha racional proposta por Brecaria e Bentham e diz que na economia do crime uma pessoa age racionalmente com base nos custos e benefícios inerentes às oportunidades legais e ilegais (EIDE, 1999).

A análise implementada por Fernandez e Maldonado (1999) a partir da experiência boliviana, diz que as principais causas para as pessoas decidirem praticar crime de tráfico de drogas estão nas razões de origem individual como de cunho social. As causas de cunho social foram de natureza conjuntural/estrutural, ligadas a fatores de pobreza, desemprego e ignorância. As causas individuais, geralmente consideradas de natureza psíquica, foram: a cobiça; a ambição; o ganho fácil; a inveja, dentre outros. Os resultados econométricos do trabalho destes autores mostraram que a evolução da



produção ilegal de coca pode ser explicada pelo diferencial de ganho nessa atividade, em relação ao ganho do setor legal da economia.

Seja como for a sociedade de uma maneira genérica se depara com uma triste realidade, o problema do aumento da criminalidade, o crescente envolvimento de jovens de todas as classes sociais na incursão do crime, a inoperância do Estado para lidar, tanto com o problema de saúde pública que envolve os casos de criminosos dependentes de drogas, como para minimizar com os custos do tráfico, o aumento da reincidência e os enormes custos aos cofres públicos que este círculo virtuoso da miséria vem deixando para o contribuinte, seja na intenção de dar maior aparato policial seja na injeção de divisas em projetos de erradicação do consumo de drogas.

Neste contexto, se fundem de um lado as políticas de prevenção e saúde, atentas às novas descobertas em torno dos problemas mentais, emocionais e cognitivos que facilitam ou promovem a inserção do indivíduo na dependência das drogas, em parceria com a Justiça, que também não dá conta de responder ao enorme custo social e humano dos comportamentos criminosos dos indivíduos, em parte pelo envolvimento do consumo de drogas que causam dependência física e psicológica, até o ponto de tais indivíduos engrossarem as celas de penitenciárias e ali permanecerem por longo tempo de vida, principalmente pela reincidência.

O problema de Justiça e drogas é debatido a partir de várias óticas, as diretrizes que envolvem as condutas para diminuir com o contingente populacional das cadeias dá voga às decisões alternativas à prisão. Por um lado estão os defensores de penas cada vez mais severas, por outro lado encontram-se os que defendem práticas alternativas para os crimes que envolvem indivíduos dependentes ou envolvidos emocionalmente com as drogas, estes toleram a privação de liberdade como prática que só deve ser aplicada para os criminosos mais perigosos e violentos, corrente esta denominada genericamente de direito penal mínimo. É no campo do direito penal mínimo que se enquadram as penas e medidas alternativas. (FONTES, 2009).

Um artigo produzido por Fontes, nos mostra que há 45 mil condenados que poderiam estar cumprindo pena em liberdade e que esses presos custam ao contribuinte 18 milhões de Reais. O mesmo autor defendeu uma tese de doutorado sobre Justiça Terapêutica, uma modalidade de justiça que visa tratar



o doente criminoso, ou infrator dependente, através de internamento como opção de melhorar a qualidade de saúde física e mental do criminoso, visando institucionalizar um resultado mais favorável do que o que a sociedade contemplou com as penas de regime fechado.

3.1. A Mídia no Apoio a uma Educação Política

Para Adorno (1995) é necessário antes perguntar-se “Educação - para quê?” “onde este “para quê” não é mais compreensível por si mesmo, pois tudo se torna inseguro e requer reflexões complicadas. E, sobretudo, perdido este “para quê”, que não pode ser simplesmente restituído por um ato de vontade, erigindo um objetivo educacional, a partir do seu interior”, nos resta estabelecer circuitos de comunicação independentes que permitam a legitimação do ser social, desencadeando uma ação que só pode ser pensada como política.

Raymond Geuss citado por Guareschi (1991) diz que são três os pontos específicos de uma Teoria Crítica que nos propomos a redimensionar: 1. tomam posição clara diante da ação humana, visando ao esclarecimento das pessoas que a assumem, fazendo-as capazes de descobrir os seus interesses e levando-as a libertação das imposições; 2. não deixam de ser formas de conhecimento; 3. são teorias reflexivas, diferente epistologicamente das teorias das ciências naturais.

Assim conceituado para fins deste trabalho vislumbramos que o Projeto Transfronteira adota o significado de “esclarecimento”, na tentativa de explicar o sentido de “libertação”, ai sim, uma educação politizante, se dirigindo aos próprios agentes, no caso os alunos envolvidos com o trabalho dando aos mesmos alunos condições de questionar sobre as suas realidades e verdadeiros interesses, se os houver.

A mídia alterou significativamente as relações humanas, estreitando territórios, abrindo outra estrutura comunicacional cibernética e virtual, instituindo novos conceitos de espaço, lugar e não lugar. Neste caminho os investimentos em tecnologia visando a ampliação do mercado de comunicação e informação suplantaram os investimentos em educação. Os meios de comunicação, individualmente utilizados ou em conjunto são reconhecidamente suportes excepcionais na perspectiva de facilitar a assimilação de conhecimentos, por outro lado a escola, e neste aspecto, a escola pública, principalmente, não



recebeu a mesma atenção oferecida as empresas de comunicação, se por um lado a qualidade de produção e veiculação dos conteúdos midiáticos foram aprimorados, graças aos investimentos recebidos, por outro, a escola foi negligenciada e é notória a inércia tecnológica e o empobrecimento de métodos de aprendizagem ao longo dos anos.

A escola seja como instrumento de formação crítica, seja como instrutora de conhecimentos técnicos não dá conta de servir de resistência à indústria cultural. Ainda, a escola não oferece esteio para que os seus destinatários desvendem as estratégias ideológicas que perpetuam o controle social, aliou-se ao mercado impotente à dinâmica de distribuição de conteúdo adotada pela indústria cultural. Restou-nos utiliza-la como conceito e inserida em projetos que permita a utilização dos aparatos comunicacionais abrir para ela, escola, uma nova perspectiva, reinventando as possibilidades que ela enquanto instrumento de instrução da classes ditas trabalhadoras, ou dos mais pobres jamais deveria ter se apartado: ser produtora de mentes críticas, ser (re) produtora de informação, promover ascensão social.

Se for pensamento coletivo esse conceito de uma nova sociedade que elegeu os Meios de Comunicação de Massa como agente mediador de todas as demandas, sejam elas de ordem moral, jurídicas, emocionais, é através dos MCM, que nada negam que tudo permitem que o indivíduo de forma particular, formaliza as conclusões sobre as manifestações sociais, econômicas e políticas e se posiciona sobre determinados temas, relacionados diretamente com as ações anônimas do seu cotidiano.

Ocorre que nos meios de comunicação de massa o objetivo não é dotar seus destinatários de formação crítica, o estímulo é ampliar o consumo de bens materiais é dar visibilidade a um projeto de mundo ainda urbano, ainda centrado no capital, na aquisição padrões estéticos que valorizam o material, o poder se resume para poucos que têm e o restante das negociações são realizadas visando favorecer estes poucos que têm em detrimento do resto.

O Projeto Transfronteira percebe a Educação, antes de tudo, como um ato político e compreende o caráter ideológico da palavra como instrumento. Sabendo usar o instrumento há possibilidade de atitude, havendo atitude há possibilidade de alteração. Pode-se conceber que a educação está susceptível às interpretações diferentes e é um bem tangível, podendo de um lado satisfazer aos interesses de ordem mais espiritual do que material, ou ser a



responsável pela resolução de ambas, o que nem sempre ocorre.

De certa forma, os programas escolares, no caso o brasileiro, não conseguem responder às necessidades reais de um número muito grande de indivíduos que poderiam dispor da escola, com o intuito de galgar o degrau para uma vida materialmente mais confortável, se concordarmos que é através da qualificação que, mais democraticamente, as pessoas possam vir a ascender de nível socioeconômico.

3.2. Conceituando as maneiras de educar

Para Bordenave, existem três formas de opções educativas: 1. Educação que põe ênfase nos conteúdos; 2 . Educação que põe ênfase nos resultados; 3. Educação que põe ênfase no processo. O primeiro tipo de educação corresponde àquela tradicional, baseada essencialmente na transmissão de conhecimentos e valores de uma geração à outra, do professor ao aluno, da elite à massa. Tende a ser vertical geralmente autoritária e muitas vezes paternalista. O professor, o instruído, o que sabe, recorre ensinar ao ignorante, ao que não sabe. Este tipo de educação foi chamada por Paulo Freire de bancária.

O segundo tipo de educação, que põe ênfase nos resultados, é a que mais recebe a influência dos meios de comunicação e que, segundo a análise de Mário Kaplún, requer uma abordagem mais ampla, já que se tornou muito utilizada como textos de estudos nos países latinos. Este modelo de educação surgiu na América Latina como uma primeira resposta ao problema de subdesenvolvimento.

Pensava-se que a solução, para a pobreza em que se encontravam os países latinos, era a “modernização”, isto é, a adoção das características e métodos de produção dos países chamados desenvolvidos. Era necessário multiplicar aceleradamente a produção e obter um rápido aumento nos índices de produtividade, o que para isso foi imprescindível à introdução de novas e modernas tecnologias. A educação devia servir como suporte para potencializar os países latinos a alcançarem algumas metas. Por exemplo, ela deveria ser aplicada para persuadir os camponeses “atrasados” a abandonarem seus métodos agrícolas primitivos e adotarem novas técnicas.

Baseados nesta teoria, a comunicação exerce uma função maior, como ilustra



Kaplùn, passa a ser uma arte de provocar significados e produzir comportamentos, exigindo o exercício do pensamento, à medida que há a intenção de obter deles, certo tipo de atitude através da produção e da emissão das mensagens. O norte americano Davi Berlo é um dos difusores desses conceitos, em boa medida, próximos da teoria dos reflexos condicionados de Pávlo.

Uma recompensa rápida para um objetivo atingido, reforços de valores mercantis e utilitários, como critério de realização pessoal, êxito material, consumismo e individualismo são valorizados neste esquema.

No Projeto Transfronteira, a educação é vista como um processo contínuo, sedutor e potencializador da ascensão das classes trabalhadoras, dizemos classes trabalhadoras para não cairmos na dicotomia rico-pobre, a uma nova perspectiva de vida social. Uma proposta que possibilite o exercício da palavra, que pese as dificuldades de ordem educativas, que não condicionam o domínio da língua pátria para todos.

O Projeto Transfronteira, como se denomina vem desempenhando um papel de promotor de uma série de questões ligadas a um pensamento crítico social, muito embora o desempenho do projeto vise essencialmente à produção de peças comunicativas como jornal impresso, blogs, a fotografia, apreendidas nas oficinas onde o projeto se insere.

A realidade da palavra como definidora daquilo que sou em relação ao outro ou como agente da coletividade. [...] A palavra como uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros”, no dizer de Bakhtin. Mas como definir-se enquanto interlocutor se a palavra não me pertence? [...] O projeto Transfronteira redimensionando essas preocupações gerais de ordem teórica, propôs as mídias como meio prático de exercitar as aspirações das pessoas que até então se calaram, uma maneira de reconhecimento que reforça as habilidades de cada indivíduo, que lhe permita pelo menos refletir sobre a sua existência e que essa reflexão resulte numa palavra como signo e a posterior materialização de várias palavras de necessidades e anseios ou de novas ideias de visão de mundo que são paulatinamente construídas tendo os mídia como condutor físico desses repertórios.

Em confronto consigo mesmo, motivado a pensar numa palavra política o aluno dá forma aos seus anseios individuais ou gerais através das atividades que os oficinairos os impelem a formalizar, adquirindo, ao longo das oficinas um



repertório seu. É a mídia apenas instrumento de desencadear a consciência política, as técnicas utilizadas pelos professores são oportunas para aprimorar o vocabulário, para se construir uma atividade mental permissiva a uma redefinição de papéis onde o expectador se torna protagonista da própria história.

A construção de determinada anunciação no Projeto Transfronteira obedece um crescente que se precipita com o ato de falar, a questão exige a formalização de um estoque de informações que o aluno busca da sociedade em que vive e interage, os temas relevantes que pensa ser importante debater e que gostaria que a opinião pública tomasse conhecimento. Tais temas são extraídos em círculos de debates denominados de fóruns.

4. Metodologia

Este projeto percorreu inicialmente o campo teórico, posteriormente adotamos o caráter exploratório e empírico, buscando analisar variáveis quantitativas e qualitativas no interior dos presídios entre os detentos.

As causas que corroboram para o aumento da reincidência dentro desses três presídios, associado a uma hipótese de que o preso dependente não pode ter o mesmo tratamento que o preso com saúde integral, essas são evidências que buscaremos ilustrar. Outra tentativa objetiva é identificar essas causas pelo relato de quem as comete, dependente e quem os pratica, os crime de tráfico e roubos, e por fim produzir um relato dessas experiências através das mídias que são instrumentos potencializadores da criatividade e da projeção de atores sociais.

Se as mídias podem ser promotoras de informação, difusão de conhecimento e instrumento de libertação já que exigem a produção de um conteúdo, essencialmente relacionado ao cognitivo e as experiências culturais de cada um, nos valem delas para experimentarmos uma retórica produzida por esses indivíduos que tiveram suas liberdades privadas, motivados inexoravelmente por um padrão de conduta intimamente relacionado com a dependência às drogas ilícitas.

O trabalho é dividido em duas partes bem definidas. A primeira parte diz respeito ao desenvolvimento teórico do levantamento de autores, do estado da arte que está relacionado ao tema da criminalidade, justiça e saúde do dependente, além dos autores e referencial bibliográfico da



comunicação/educação.

Na segunda parte está a ação extensionista que consiste na elaboração de oficinas de mídia a serem instaladas no interior dos presídios. Esta etapa do trabalho é dividida por ações com seus respectivos modus operandi.

Ação 1 – Aplicação de entrevistas e questionário entre as pessoas que cumprem pena pelo crime de tráfico ou co-relatos.

Modus Operandi-

Elaboração de entrevistas – aplicação de questionários com questões fechadas visando definir a situação socioeconômica- de saúde – e subjetividades de cada um dos alunos que participarão do projeto.

Ação 2 – Reunião de integralização – Visa integrar todos os atores envolvidos nessa proposta, especialmente os professores das oficinas e os alunos selecionados para o aprendizado nas oficinas.

Modus Operandi – Aplicação do Fórum

Apresentação da filosofia do projeto entre os detentos e a equipe executora; reconhecimento do espaço a ser aplicado das oficinas; discussão dos temas importantes.

Ação 3 – Início das Oficinas

Modus Operandi

Cada professor terá uma semana para aplicar as técnicas que possibilitem a maximização do conhecimento dos recursos técnicos (utilização dos equipamentos) bem como da indicação do conteúdo a ser produzido para o repertório da produção de cada mídia específica.

As oficinas serão repetidas em cada um dos três presídios selecionados, de acordo com a orientação predefinida pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos no Tocantins, em parceria com a Subsecretaria Antidrogas do Estado e apoio da Defensoria Pública do Tocantins.

5. Considerações Finais

A segunda edição do Projeto Transfronteira: possibilidades das mídias na educação está concorrendo ao apoio financeiro do Proext-2013, linha de financiamento do Ministério da Educação e Cultura-MEC. A previsão é iniciar as oficinas em março de 2013, havendo outras alternativas de apoio financeiro para a aquisição dos equipamentos necessários ao implemento das oficinas.



Outra questão levantada seria a possibilidade de iniciar as oficinas no presídio feminino do Estado, como uma espécie de Piloto do projeto vez que o número de detentas no regime é menor e o acesso ao presídio feminino ser mais facilitado.

6. Referência Bibliográfica

ADORNO, S (2002) “Crise no sistema de justiça criminal”. Ciência e cultura. Ano 54, n. 1. Julho/agosto/setembro P. 50-51

ADORNO, Theodor W. (1995). “Educação e Emancipação”. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

AGUADED, J. Ignácio; CARNEIRO, Júlio. (1995) (orgs) “Educación y Medios de Comunicación en el contexto Iberoamericano”. Andalucía: Universidade de Andalucía.

ARAÚJO JR., A. F. de (1981/1996). “Raízes econômicas da criminalidade violenta no Brasil: um estudo usando micro dados e pseudopainel”, Revista de Economia e Administração. V. 1, N. 3.

ARAÚJO JR., A. F. de; FAZNYLBER, P. (2000) “Crime e economia: um estudo das microrregiões mineiras”. Revista Econômica do Nordeste. V. 31, número especial, 630-659.

BABBIE, E. (1999) “Métodos de pesquisa de survey”. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 519 p.

BAKHTIN, Mikail (1981). “Marxismo e Filosofia da Linguagem”. 2 ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec.

BALBINOTTO NETO, G (2003) “A teoria econômica do crime”. Revista Leader, Ed. N. 35. Disponível em http://www.iee.com.br/leader/edicao_35/index.asp. Acesso em 16/08/2007.

BEATO, C. F.; PEIXOTO, B. T. e ANDRADE, M. V (2004). “Crime oportunidade e vitimização”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 19, n. 55, 73-89.

BECKER, G. S. (1968) “Crime and punishment: an economic approach” Journal of political economy. V. 76, n. 01, 169-217.

BECKER, H. S. (1999) “Estudo de praticantes de crimes de delitos”. In: Métodos de pesquisa em Ciências Sociais, 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 153-178.



BORDENAVE, Juan Díaz (1976). “Las nuevas pedagogias y tecnologías de comunicación: sus implicaciones para la investigación”. Cali. CHD, (mimeo).

BORILLI, S. P. (2005) Análise das circunstâncias econômicas da prática criminosa no Estado do Paraná: estudo de caso nas Penitenciárias Estadual, Central e Feminina de Piraquara. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio)-Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Toledo.

BORILLI, S. P.; SHIKIDA, P. F. A (2003) “Economia e crime: um estudo exploratório na Penitenciária Industrial de Guarapuava e Cadeia Pública de Foz de Iguaçu”(PR). Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza (CE), v. 34, N. 2, p. 328-346.

BORILLI, S. P.; SHIKIDA, P. F. A (2002) Apontamento acerca das organizações criminosas a partir de um estudo exploratório na Penitenciária Industrial de Guarapuava e Cadeia Pública de Foz de Iguaçu (Paraná). In: ENCONTRO PARANAENSE DE ECONOMIA. Maringá,. Anais Maringá: UEM, 2002 (versão na íntegra em CD ROM).

BRANDT, V. C. (1986) “O trabalhador preso no Estado de São Paulo”. São Paulo: CEBRAP.

BRASIL. MINSITÉRIO DA SAÚDE. 2004.

GUARESCHI, Pedrinho (1991) “Comunicação e controle social”. São Paulo: Cortez.

FREIRE, Paulo. (1975). Educação como prática da liberdade. 14 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

KAPLÙN, Mario. (1978) “Producción de programas de rádio. El guión la realización”. CIESPAL.

SOARES, Ismar de Oliveira (1999) “Comunicação/educação. A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais”. Contato Revista brasileira de comunicação, Arte e Educação, n. 2 Brasília, Senado Federal.